

**IGREJA MATRIZ DA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA BOA VIAGEM: UM
PATRIMÔNIO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE LAGOA GRANDE**

VALDERLI EVANGELISTA PINTO

UEPB - GRADUANDO EM HISTÓRIA

ORIENTADOR: GENES DUARTE RIBEIRO

Palavras – Chave: Patrimônio – Igreja – Memória.

De acordo com Avelar (2002), a fundação da paróquia de Nossa Senhora da Boa Viagem da freguesia de Alagoa Grande teve como principal idealizador o padre carmelita Frei Alberto de Santa Augusta Cabral, no ano de 1861, que também foi o seu primeiro vigário.

Conforme o autor mencionado, neste período, os clérigos de Alagoa Grande eram subordinados a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, com sede no município de Areia, que pertencia ao bispado de Olinda na província de Pernambuco.

Nesse sentido, no Livro de Tombo, encontra-se transcrita a Lei 38 de 1º de outubro de 1861, que determina seus limites, como também cria a freguesia.

Quanto à edificação da Igreja Matriz as informações contidas no Livro de Tombo, observamos anotações referentes à sua construção. A primeira pedra posicionada foi em maio de 1860, por petição do então procurador da capela, o Senhor Joaquim Gomes de Mello Rezende, o qual, tinha intenção de construir uma nova igreja por motivo de a outra encontrar-se em ruínas.

A Igreja Matriz foi inaugurada em 1868, conforme inscrição na fachada, no entanto, tiveram que ser realizadas algumas reformas posteriores, para melhorar sua infra-estrutura, principalmente no seu interior, que é em estilo clássico, arquitetura gótica, e traços barrocos, a saber: na década de 1920 foi construída uma escada de madeira, em forma de parafuso, para subida do coro instalado na parte superior da nave central (com o passar dos anos o coro foi desativado pela ação do tempo, e por fim retirado definitivamente), como também foram abertas dezoito arcadas ogivais, em sistema gótico; foram abertas portas laterais e construída uma pia batismal em concreto armado; foram construídos dois altares paralelos ao altar-mor; o altar-mor perdeu sua originalidade com a autorização do bispo da época, foi erguido um novo, em substituição ao anterior. Como também os trabalhos do forro da nave central, reparos nas colunas e paredes e a remodelação do Arco-mor foram concluídos na segunda década do século passado. Na década de 1930 foi colocado o ladrilho em mosaico da nave central; foram feitas grandes brechas nas paredes laterais para tornar o ambiente mais arejado, foi comprado por intermédio do Sr. Félix Albuquerque Guerra, na América do Norte, um relógio, que após décadas de funcionamento, no topo de uma das torres da

fachada do Templo, encontra-se danificado; foi instalada a iluminação elétrica, da Matriz. Como também foram construídos dois pequenos altares na entrada do altar-mor.

A fachada externa, foi construída em estilo barroco, possui cinco portas frontais, acima da porta central existe uma inscrição datando o ano de sua inauguração, conforme mencionado acima, cinco janelas, acima das portas, todas com grades de ferro, a meia altura, no topo central uma cruz, medindo um metro e meio aproximadamente (simbolizando o catolicismo). Nas laterais frontais foram construídas duas torres que visualizam toda a cidade de seus topos, a esquerda de quem as observa fica o sino, e a direita, o relógio mencionado anteriormente. Os arcos sobre as portas e janelas, e outros detalhes arquitetônicos da fachada são típicos do período da sua construção, na segunda metade do século XIX. A construção das duas torres, altas significava poder e imponência numa sociedade escravocrata.

Destacamos que a sua construção está em lugar privilegiado, no topo do centro da povoação, como era comum na colonização luso-hispânica. Conforme nos indica Funari e Pelegrini (2006), essa tentativa de distanciar o patrimônio religioso das classes populares, proporcionado pelas elites aristocráticas se originou com a consolidação do cristianismo na Antiguidade Tardia. Portanto o templo tornou-se um patrimônio coletivo, mas aristocrático.

Nos dias atuais podemos encontrar no seu interior as imagens, organizadas em seus altares e paredes, conforme descrição a seguir: no altar paralelo a direita do altar-mor, encontra-se as imagens do Nosso Senhor dos Passos na parte central do degrau superior, com São Judas Tadeu à sua direita, e Nossa Senhora da Soledade à esquerda, e um degrau abaixo, Nossa Senhora da Conceição e São Vicente de Paulo, e mais abaixo Santa Ana, a Mãe Rainha e São José; no altar da esquerda: Nossa Senhora das Dores no topo central, ladeada por Jesus Ressuscitado à sua direita, e Santo Antônio à esquerda, abaixo Nosso Senhor Crucificado, a mais abaixo dois anjos e no centro inferior o sacrário. No altar-mor se encontra no centro, em destaque, a imagem da padroeira da paróquia, Nossa Senhora da Boa Viagem, no topo o Coração de Jesus, a esquerda da padroeira Santa Inês e a direita São Lourenço. Le Goff (2003) esclarece o uso das imagens nos templos católicos, como a forma da Igreja manter no imaginário dos seus fiéis, a memória dos seus mártires que morreram para contribuir com a continuação do culto cristão, inclusive erguendo Igrejas nos túmulos desses mártires. Existem duas portas que dão acesso à sacristia, em cima da que fica à direita do visitante encontra-se a imagem de Santa Maria Gorete, e na da esquerda Santa Terezinha. Nas paredes laterais internas, encontram-se de forma seqüencial as imagens das 14 estações da Via Sacra (representando o sofrimento de Jesus, da sua condenação a crucificação). No centro das paredes laterais da nave central, a direita do visitante encontra-se a imagem de Nossa Senhora de Fátima e a esquerda o

Nosso Senhor Crucificado. Nos dois pequenos altares na entrada do altar-mor, a direita do visitante encontra-se a imagem de São Francisco de Assis e no da esquerda, Nossa Senhora do Carmo.

Nas últimas décadas, as políticas de preservação praticadas pelos órgãos governamentais sofreram algumas alterações, pois o conceito de patrimônio histórico e artístico, “fundiu-se”, sendo transformado em patrimônio cultural. Essa nova conceituação está intimamente ligada, ao novo conceito de cultura, “conjunto de características distintas, espirituais e materiais, intelectuais e afetivas, que caracterizam uma sociedade ou um grupo social (...)”. Diante das transformações das relações socioeconômicas nas últimas décadas (globalização), que diversificou e popularizou a concepção de patrimônio cultural, que até a década de 1970, era considerado preocupação da elite, e responsabilidade do estado, o francês BOHAM, citado por Lemos (2004), chegou a seguinte conclusão sobre patrimônio cultural, abrangendo um leque bem maior do que apenas edificações, objetos e manuscritos antigos, ele dividiu-os em três categorias: recursos naturais, “saber fazer” e os artefatos, a igreja ora abordada se insere na terceira categoria. Conforme esclarece Carlos Lemos, o terceiro grupo é o mais importante, pois engloba os demais, sendo necessário usar recursos naturais e a inteligência humana para construção de um imóvel do porte de um templo como o abordado no presente trabalho.

O autor mencionado acima, nos esclarece que o artefato, neste caso o Templo, como obra arquitetônica feita pelo homem, não sofreu grandes alterações na sua estrutura física desde sua fundação, mantendo-se em ótimo estado de conservação, pois mantém sua funcionalidade, para o que foi projetada, conforme nos indica: “Inicialmente, havemos sempre de cogitar a respeito das relações que a construção mantém com o programa de necessidades a ser satisfeito em suas dependências. O uso do edifício nas condições previstas pelo projeto é, já de início, o primeiro fator de sua conservação garantida.”

Segundo Oliveira (2002), o grande marco das políticas públicas visando à salvaguarda do patrimônio cultural do nosso estado, foi a criação do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba – IPHAEP, pelo Decreto-Lei 5.225 de 31.03.1971, assinado pelo então Governador Ernani Sátiro, como consequência dos esforços governamentais a nível Federal, que havia realizado dois encontros de governadores para “preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil”, sendo o primeiro conhecido por Compromisso de Brasília (1970), e o segundo Compromisso de Salvador (1971).

Antes da fundação do IPHAEP, de acordo com o autor mencionado, os processos de tombamentos na Paraíba dependiam das decisões de um órgão federal o SPHAN, Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Atualmente denominado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN) criado no governo Getúlio Vargas em 1936, fruto de

um projeto encomendado pelo então Ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema, ao escritor Mário de Andrade, que já havia realizado três expedições pelo interior do Brasil na década de 1920, para conhecer de perto as produções culturais regionais brasileiras, a saber: a primeira foi realizada em 1924, visitando o interior de Minas Gerais, a segunda em 1927, ao Norte do país, e a terceira em 1929 ao Nordeste.

Salientamos que, os objetivos dos órgãos nos momentos de suas criações eram bem parecidos a nível federal e estadual, apesar de alguma divergência com o pensamento inicial de Mário de Andrade, que tinha um conceito bem mais amplo sobre “patrimônio”, o IPHAN e o IPHAEP privilegiaram os monumentos de “pedra e cal”. Neste contexto, a Igreja Matriz de Alagoa Grande-Pb, foi tombada pelo IPHAEP, no ano de 2001, na gestão do professor Itapuan Bôtto, inclusa no cadastro de tombamento, como área de “preservação rigorosa”, por fazer parte do Centro Histórico Inicial do município, juntamente com outras construções arquitetônicas.

No âmbito municipal, ela é considerada patrimônio cultural pela Lei Orgânica, a saber: “Art. 113 – O Município, no exercício de sua competência:[...] II - adotará meios para proteção, preservação e recuperação do patrimônio histórico, cultural e artístico. Parágrafo Único – São considerados como patrimônio histórico e cultural do Município, objetos deste artigo: [...]III - as igrejas construídas há mais de trinta anos a contar da promulgação desta lei.”

A Lei Orgânica foi promulgada em 1991, e cumpriu o pré-estabelecido pela Constituição Federal promulgada três anos antes, que determina aos municípios a co-responsabilidade com o estado e o governo federal, na elaboração de Leis e fiscalização, objetivando a preservação dos bens culturais sobre sua jurisdição.

Segundo Le Goff (2003) pela memória temos a propriedade de conservar certas informações que, por nos remeter a um conjunto de funções psíquicas, permite-nos atualizar impressões e informações passadas ou que representamos como passadas.

Para Elias Estevão Goulart (et. alii), no artigo *Memória e cidadania nos acervos de história oral e mídia digital*, concebemos a memória através das lembranças dos indivíduos, que por meio de representações e símbolos rememoram seu passado, e cuja expressão material nos é repassado em forma de patrimônio cultural: monumentos, edifícios, iconografia, entre outros. Mas também concebemos a expressão não material desse patrimônio, neste caso podemos recuperar nossas tradições, costumes por outras formas de linguagem, a que experimentamos no presente trabalho, são os relatos orais.

No tocante aos relatos orais, cada indivíduo tem uma concepção diferente de rememorar o passado de acordo com suas experiências pessoais, então não existe uma versão para explicar um fato, mas “minha versão”, nesse contexto surge várias explicações para um mesmo acontecimento, o que vai sobressair será o que selecionei como sendo a história

convincente, neste sentido “Há apenas um ponto em comum no modo de seleção: ambas memória e história, são obrigatoriamente seletivas.”

Vejamos a seguir a relação de alguns religiosos com o templo, evidenciando os significados e representações simbólicas presentes na memória de cada indivíduo. Quando foram indagados sobre algo que marcou nas suas vidas ao freqüentar o mesmo. A Senhora Áurea fez o seguinte relato:

“Existia um coro que se apresentava durante as missas, nós ficávamos no primeiro andar na parte de frente da Igreja Matriz, participavam homens e mulheres, lembro do Sr. Oscar, meu vizinho que morreu agora pouco, ele participava do coro.(...) e tinha as cantoras que cantavam lá em cima , e tinha a sarafina, a mulher que tocava cá em baixo. Agente ensaiava, a missa era toda preparada, agente não podia ir pra missa sem ser tudo preparado antes, como hoje, tudo era ensaiado antes”

Vale salientar, que o coro mencionado pela entrevistada apesar de ter sido retirado, como foi dito anteriormente, vem sendo motivo de debates na comunidade religiosa há alguns anos, o que ocasionou o início das obras de sua reconstrução em julho deste ano.

O Senhor Manoel Carlos recorda a festa da padroeira, com saudosismo, evidencia a interação entre o templo e a comunidade religiosa, nas festividades, em que participavam diversos segmentos sociais, “ Sim, Val, eu lembro que as procissões de antigamente eram mais animadas, hoje a festa da Padroeira acabou, toda tradição que a festa da padroeira tinha está perdendo o brilho, pois no dia trinta e um de janeiro era tradicional em Alagoa Grande a noite dos motoristas e comerciantes no pavilhão, tinha a *Miss Motorista*, e a *Miss Comerciante*, havia uma disputa entre os vermelhos e os azuis no pavilhão, era sete dias de festa no pavilhão, com as garçonetes disputando quem arrecadava mais dinheiro, de um lado ficavam as meninas da cor azul e do outro a do vermelho. Em nossa cidade vinham muitas autoridades na época da Padroeira, hoje passa quase despercebido em nossa região, na época da festa a população de Alagoa Grande vai em peso pra Guarabira pois é no mesmo período, mas naquele tempo era diferente, as outras cidades é que vinham pra Alagoa Grande.”

Quanto ao saudosismo do entrevistado acima, Verena Alberti (2004, p. 24) esclarece “Além disso, é preciso ter claro que a descrição do cotidiano sempre vem acompanhada de certa nostalgia, misturada a sentimentos de pesar ou de alívio, que acabam marcando o sentido da narrativa.” Ou seja, para o Sr. Manoel Carlos, o que realmente importa são as experiências de um indivíduo fazendo parte da coletividade, mas com um olhar introspectivo, já que, ele apesar de freqüentar o templo, demonstra nostalgia pela sua juventude nas festividades que envolvem o mesmo, mas que não aconteciam no seu interior.

A senhora Felismina traz suas lembranças sobre a sua juventude no templo religioso: “Antigamente a igreja era cheia de gente. Hoje em dia está tudo mudado, o senhor sabe as coisas antigas tudo né [...] antigamente só quem dava a hóstia era o padre, hoje qualquer pessoa né [...] antes mulher nenhuma pegava na hóstia [...] Eu casei as duas vezes na Igreja e no civil, vivi toda vida com meu marido, só Deus me separou do meu marido, hoje sou viúva.”

De acordo com LE GOFF (2003), a memória cristã se manifesta essencialmente na celebração do seu maior símbolo Jesus Cristo, mas no meio das camadas populares cristalizou-se principalmente nos santos e nos mortos, como evidenciou a Senhora Maria Felismina acima, referindo-se aos seus entes queridos falecidos.

Basta uma rápida análise, para compreendermos a importância do templo, como lugar de memória, na construção de uma identidade coletiva da comunidade, segundo OLIVEIRA (2002), pois ele é um lugar de unanimidade sem de fato representar essa unidade, tornando-se lugar de uma história vencedora, ocultando outras memórias. Pois se tudo tem história, afinal também tem memória. Segundo o mesmo autor, são disputas de poder, não é apenas o poder estatal que escolhe o monumento a preservar, ou seja, outras instituições, outros poderes, reclamam por sua memória, neste caso, os leigos da Igreja Católica, já que a mesma tem influência nos diversos segmentos de qualquer sociedade ocidental, principalmente nos países latino-americanos, esse fenômeno não é diferente em Alagoa Grande.

Não podemos esquecer que devido à falta de compromisso ou vontade dos governantes e algumas entidades privadas, com a preservação de arquivos e outros tipos de bens culturais, é na Igreja Católica que podemos buscar as fontes necessárias para diversos temas envolvendo a cultural local, regional e nacional, voltada para assuntos que interessam à coletividade, principalmente através de documentos e objetos pertencentes à instituição religiosa que tem um extenso acervo de obras artísticas (sacras), patrocinadas por seus seguidores ao longo dos séculos. No entanto, além dos bens materiais, a Igreja possui seus bens “imateriais”, a memória dos seus fiéis e clérigos (história oral), que possibilita uma compreensão melhor da sua relação com a comunidade a qual está inserida.

Para uma melhor compreensão da importância da preservação dos bens culturais de uma determinada sociedade, Bitencourt (2003) alerta, que não podemos pensar patrimônio histórico cultural, apenas como um acervo guardado por gerações passadas, para lembrarmos com saudosismo. A preservação e a análise de um bem cultural podem auxiliar historiadores, e pesquisadores de outras áreas, a compreenderem nossas dúvidas sobre o passado, ou nossas perspectivas futuras. Além disso, mesmo que pessoalmente

não nos identificamos com um bem, ou o que ele evoca, e nem lhe damos o valor histórico merecido, (neste caso, a Igreja), devemos preservá-lo, pois pertence a um acervo cultural de toda uma comunidade, podendo ser um referencial para a construção de nossa identidade histórico-cultural.

Após essa breve discussão sobre a relação do templo, como lugar de memória, sendo um patrimônio cultural, muito além de uma obra arquitetônica, pois abriga fiéis, que vêm nos seus rituais e símbolos, um pertencimento a um determinado grupo social, que podem ser importantes para memória desse determinado grupo. Chegamos a algumas respostas, mas surgem outras indagações. Primeiro, ficou evidente a importância da preservação para uma melhor compreensão dos agentes sociais envolvidos no processo histórico.

No tocante aos questionamentos, gostaríamos de evidenciar a necessidade de um estudo mais aprofundado no sentido de compreendermos a busca dos envolvidos diretamente pela preservação cultural, em cada vez mais ampliar o conceito de bem cultural, ou seja, na atualidade devemos nos desprender de qualquer pré-conceito sobre os costumes de uma comunidade, pois fomos acostumados por gerações a glorificar os bens culturais cultuados pela elite, e mais recentemente estamos “acordando” para novas realidades, num processo de popularização da memória, prova disto está no tombamento do samba (bem cultural imaterial), que foi reconhecido em outubro de 2007 pelo IPHAN, como patrimônio cultural do Brasil, só não sabemos até que ponto essas mudanças estão sendo influenciadas pela elite, ou até mesmo por interesses econômicos, mas voltando a igreja tema deste trabalho, nunca é demais lembrar que a mesma tem sua função social mantida desde a sua fundação a mais de 140 anos, e esse deve ser o principal motivo do seu ótimo estado de conservação.